CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS CONSTRUÇÕES E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA TURÍSTICA SOBRE MORADORES RESIDENTES EM ÁREAS LITORÂNEAS DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ, PE

CHARACTERIZATION OF THE IMPACTS CAUSED BY CONSTRUCTION AND TOURIST REAL ESTATE SPECULATION ON RESIDENTS RESIDING IN COASTAL AREAS OF THE MUNICIPALITY OF TAMANDARÉ, PE

Iolanda Maria do Nascimento
iolandamarianasci@gmail.com
Marcelo Rodrigues Figueira de Mello
marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br

RESUMO
Nas zonas litorâneas predominam uma vasta biodiversidade que sofrem ações antrópicas proveniente das atividades turísticas afetando os manguezais, recifes de coral, áreas de restingas, a vida marinha, estuários, e as comunidades locais que residem no entorno dessas áreas. A agroecologia surge nesse contexto ressignificando as relações entre o ambiente, a sociedade e o turismo. O objetivo deste estudo foi caracterizar os efeitos da especulação turística imobiliária sobre os moradores residentes em áreas no litoral do município de Tamandaré, PE. O estudo teve como público-alvo moradores próximos a faixa litorânea. Foram realizadas entrevistas com 15 moradores residentes em áreas impactadas por construções turísticas abordando parâmetros relacionados a qualidade de vida, a paisagem, o emprego e a renda, a cultura, o meio ambiente e o saneamento. Em 80% dos entrevistados foi relatado que a qualidade de vida dos moradores piorou após as construções devido ao aumento da temperatura casando um calor que antes não existia. Também foi citado a destruição de árvores no local, modificando a paisagem existente. Em 40% dos entrevistados foi relatado a dificuldade em conseguir oportunidades de emprego nos empreendimentos turísticos após as construções. Foi reiterado por 90% dos moradores que ninguém poder municipal estabeleceu um diálogo com a comunidade antes das construções iniciarem. Inclusive, impactando locais históricos ou antigos localizados na orla. Todos relataram que o esgoto proveniente desses novos imóveis é despejado no mar ou manguezais, retornando para as suas casas no inverno. Em 30% dos entrevistados foi observado o desejo em não permanecer residindo próximo as construções e empreendimentos nos próximos anos.

Palavras-chave: turismo; efeitos; ambiente; agroecologia; litoral.

Instituto Federal de Pernambuco. *Campus* Barreiros. Curso de Tecnologia em Agroecologia. 30 de junho de 2025.

ABSTRACT

Coastal areas are home to a vast biodiversity that is subject to human actions resulting from tourism activities, affecting mangroves, coral reefs, sandbanks, marine life, estuaries, and local communities living around these areas. Agroecology emerges in this context, redefining the relationships between the environment, society, and tourism. The objective of this study was to characterize the effects of real estate speculation on residents living in coastal areas of the municipality of Tamandaré, PE. The study's target audience was residents close to the coastal strip. Interviews were conducted with 15 residents living in areas impacted by tourist constructions, addressing parameters related to quality of life, landscape, employment and income, culture, environment, and sanitation. Eighty percent of the interviewees reported that the residents' quality of life worsened after the constructions due to the increase in temperature, creating a heat that did not exist before. The destruction of trees in the area was also mentioned, modifying the existing landscape. Forty percent of the interviewees reported difficulty in finding employment opportunities in tourism developments after construction. Ninety percent of the residents reiterated that no municipal authority had established a dialogue with the community before construction began, which was even impacting historic or ancient sites located on the coast. All reported that sewage from these new properties is dumped into the sea or mangroves, returning to their homes in the winter. Thirty percent of the interviewees expressed a desire not to remain living near constructions and developments in the coming years.

Keywords: tourism; effects; environment; agroecology; coast.

1 INTRODUÇÃO

O território da Mata Sul de Pernambuco é caracterizado por uma estrutura econômica agrária baseada no monocultivo da cana-de-açúcar. Os impactos ocasionados por este cultivo como o desmatamento, o conflito pela terra e o uso indiscriminado de agrotóxicos ainda hoje são características predominantes nessa região (Medeiros; Pereira, 2019).

Somado a isso, este território também possui municípios localizados em áreas costeiras, que obtém uma grande parte da sua economia explorando os recursos do litoral. As praias configuram um lugar de lazer que fornecem diversos recursos naturais gerando emprego e renda. Entretanto, são as primeiras áreas a sofrerem os impactos ambientais, sociais e econômicos provenientes das mais diversas formas de exploração, dentre essas, o turismo (Silva; Faria Filho, 2019).

Nas zonas litorâneas predominam uma vasta biodiversidade que sofrem ações antrópicas oriundas da especulação imobiliária proveniente das atividades turísticas, afetando toda uma flora e fauna composta por manguezais, recifes de coral, áreas de restingas, vida marinha e estuários. Todos, caracterizados por uma alta complexidade estrutural e funcional que sustenta uma vasta gama de espécies que trazem diferentes benefícios para as comunidades locais (Silva, 2023).

Os empreendimentos turísticos através das suas construções sem um devido planejamento e ordenamento ambiental, faz com que as faixas litorâneas sejam ocupadas desordenadamente, acelerando diversos problemas ecológicos e sociais, como por exemplo a perda dos espaços naturais de proteção nas orlas para conter o

mar e consequentemente a perda de residências e empreendimentos próximos a praia (Santos Júnior *et al.,* 2020).

A maioria dos problemas ambientais relacionados com a atividade turística vem do descumprimento dos instrumentos legais de uso e ocupação do solo e da legislação ambiental, que resultam em construções ou empreendimentos irregulares que muitas vezes se apresentam de forma difusa nas áreas de preservação ambiental. No município de Tamandaré são recorrentes as ocupações irregulares na faixa de praia causando a degradação dos ecossistemas e uma artificialização desses espaços, onde as construções, urbanização e o aparato para o turismo transformaram esses ambientes naturais prejudicando as comunidades locais que retiram desses ambientes o seu sustento (ICMBio, 2021).

O município de Tamandaré faz parte da APACC (Área de proteção costa dos corais) criada através do decreto 5976/1997, como medida de mitigação os impactos socioambientais. Está área abrange mais de 400 mil ha de área, conferindo o título de maior Unidade de Conservação costeira-marinha federal do Brasil. A região abriga ainda mais de 40 comunidades pesqueiras artesanais, cujas atividades são essenciais para a segurança alimentar e geração de renda local (Oliveira Júnior *et al.,* 2024).

Isso ratifica a importância ecológica e social deste município e as suas relações conflituosas com as construções e empreendimentos imobiliários turísticos, caracterizados por disputas territoriais e pela ressignificação dos espaços. Trazendo um aumento na quantidade de pessoas que circulam nas praias e no seu entorno, e consequentemente, gerando sérios impactos nos manguezais e restingas com lançamento de efluentes nesses espaços, aumento da quantidade de lixo, dentre outros prejuízos (Oliveira Júnior *et al.,* 2024).

Todos esses impactos na faixa litorânea do Município de Tamandaré estão associados em grande parte aos empreendimentos e construções relacionadas a atividade turística que desconsideram a natureza, o seu entorno e não atendem a um ordenamento jurídico mínimo. Inclusive, tudo isso ainda agravado pelo contexto da crise climática atual que representa uma nova realidade, alterando os fluxos turísticos e impactando diretamente na economia local. Por isso, cada vez mais torna-se imprescindível um ordenamento nas faixas litorâneas no que tange as novas construções, considerando que essas áreas e a sua vegetação nativa são elementos de proteção dentro de um pressuposto já conhecido do aumento do no nível do mar **(**Martellotta; Lobo, 2023; UNCTAD, 2023).

Dessa forma, temos na agroecologia e nos seus processos de convivência com a natureza a possibilidade de um diálogo com a atividade turística de forma transversal, possibilitando ressignificar a atividade turística de uma forma menos impactante. Em especial, quando consideramos também a prática do turismo tendo como viés várias vertentes relacionadas com a sustentabilidade como por exemplo o turismo de base comunitário que promove um profundo sinergismo com a agroecologia empoderando comunidades e atores sociais a conviverem reciprocamente nos ambientais naturais proporcionando um inter-relacionamento entre a atividade turística e a prática social (Preiss, 2020; Gutiérrez, 2023). Dessa forma, o objetivo deste estudo foi caracterizar os efeitos da especulação turística imobiliária sobre os moradores residentes em áreas no litoral do município de Tamandaré, PE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento dos municípios localizados em áreas costeiras obtém sua economia explorando os recursos do litoral, por isso as orlas são as primeiras a sofrerem os impactos provenientes das atividades turísticas da mais diversas. Dentre elas, está o avanço imobiliário atrelado à construção civil em conjunto com o crescimento populacional desordenado nas cidades costeiras (Silva; Farias Filho, 2019).

O estado de Pernambuco tem em sua geografia zonas litorâneas subdivididas em praias, restingas, mangues e vegetação marítima. O seu processo de desenvolvimento urbano foi marcado pela falta de planejamento na exploração dos seus recursos que suprem as atividades econômicas em zonas de litoral. Esses ambientes são muito suscetíveis às irregularidades oriundas das ações humanas concentradas nessas faixas, precisando de atenção sobre a ocupação desordenada evitando conflitos por espaço e impactos sobre os ecossistemas litorâneos (Pereira; Oliveira, 2015).

Historicamente, as áreas litorâneas possuem esta fragilidade por estarem agregadas as grandes cidades litorâneas, sendo a grande concentração econômica baseada na exploração local. As atividades antrópicas que mais ameaçam a biodiversidade da zona costeira são o crescimento populacional nas suas imediações, as atividades pesqueiras, o turismo, as mudanças climáticas, a extração de recursos, a gestão local e a poluição (Gamarra *et al.,* 2023).

Portanto, uma boa gestão das áreas de proteção e unidades de conservação são fundamentais para um turismo sustentável. Entretanto, sabe-se que a má gestão urbana e ambiental em conjunto com a expansão imobiliária de maneira desordenada é um fator decisivo que contribui para a degradação da zona costeira e do seu entorno. No Território da mata Sul de Pernambuco, além do município de Tamandaré observamos também sérios impactos ambientais no município de Ipojuca, praia de Porto de Galinhas, onde é possível encontrar a construções em áreas de restinga e próximos a manguezais reduzindo os espaços de pós- praia. É inegável que o desenvolvimento urbano e comercial são eventos necessários sobre o ponto de vista econômico para as cidades litorâneas, mais o ordenamento e fiscalização pelos órgãos competentes precisam ocorrer e serem cumpridos (Matos *et al*., 2022).

Dessa forma, precisamos considerar que as ações antrópicas que trazem impactos ambientais no litoral precisam de ações que mitiguem a transformação da paisagem natural. Para isso, é preciso gerar iniciativas mais conscientes em diversas áreas que promovam e despertem as pessoas para o entendimento que o meio ambiente deve ser tratado apenas como uma fonte de lucro para grandes empresas do setor ou cadeia turística (Santos *et al.,* 2021).

Um outro fator fundamental para regular as atividades turísticas afetando minimamente o entorno local e as áreas de proteção ambiental (APA) são os planos diretores dos municípios e ordenamento jurídico ambiental existente no Brasil. Esse ordenamento pode contribuir bastante para evitar o fenômeno do turismo predatório, aquele que impacta diretamente na vida dos moradores e modifica completamente a paisagem local e os seus componentes bióticos e abióticos (Bellato *et al.,* 2023).

Para o gerenciamento de uma APA é preciso um plano de manejo que aponte ações de planejamento técnico regulando as ocupações ou atividades em conformidade com os ecossistemas, respeitando todos os aspectos que

regulamentam uma Unidade de Conservação (UC) como o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área. Quando isso não ocorre, configura em crime ambiental, que deve ser punido pelos órgãos de fiscalização. Embora, muitas vezes isso não ocorre em “tempo” pelos mais diferentes motivos como por exemplo a fiscalização ineficaz pelos órgãos responsáveis devido à falta funcionários ou infraestrutura (Gutiérrez, 2023).

Na perspectiva do ordenamento jurídico, no que tange a atividade turística, além dos planos diretores municipais e das áreas de proteção ambiental/unidades de conservação que objetivam ordenar o potencial turístico das áreas litorâneas, estuarinas, lacustres e fluviais no país, é importante considerar algumas estratégias como o turismo responsável e o turismo de base comunitária. Ambos, consideram a segurança da prática turística frente aos ecossistemas naturais e as populações locais. Tudo isso, sempre colocando em destaque o aprimoramento da gestão dos espaços ou locais disponíveis para a exploração turística em função da realidade dos moradores (Silva; Lanzarini; Nascimento, 2022).

O turismo é um fenômeno complexo que engloba mais de 50 setores da economia como transportes, hospedagem, alimentos e bebidas, atrativos, operação e agenciamento, entre outros. Portanto, é inevitável que parte desses “serviços” gerem impactos, lixo e desordem quando não devidamente ordenados. Parte desse ordenamento além arcabouço jurídico ambiental bem estabelecido, é preciso considerar fatores que não controlamos, pelos mais diferentes motivos como a falta de infraestrutura dos municípios para fiscalização dos crimes ambientais ou descumprimento dos planos de manejo acordados pelos empreendimentos turísticos (Grimm, 2019).

No Nordeste brasileiro a má ocupação da faixa litorânea associada à sua erosão natural leva empreendimentos turísticos a riscos amplificados pelos efeitos das mudanças climáticas, o que envolve o investimento de alto custo em obras de infraestrutura de contenção até a completa inviabilidade comercial. Na costa litorânea isso corre de forma mais importante, em especial, pelo fenômeno imobiliário de reurbanização que se prolifera no mundo inteiro, o que não é diferente na Costa litorânea do Brasil (Martellotta; Lobo, 2023).

Historicamente, os espaços de orla se tornaram cenários de impactos ambientais ligados ao seu uso indiscriminado inadequado através de ocupações irregulares, projetos de urbanização que alteram a paisagem e impactam no serviço de fornecimento de água, destinação de resíduos sólidos, poluição do entorno e da água, dentre outros. Assim, gerir as orlas exige um esforço contínuo, com planejamento a curto, médio e longo prazos. Nesse cenário de desafios, vale ressaltar o arcabouço jurídico da gestão costeira brasileira através da Lei Federal nº 7.661 de 1988, que estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). A partir disso, foi possível tratar de diretrizes estratégicas para o ordenamento dos espaços costeiros, reforçando alguns dos instrumentos de gestão ambiental que já estavam previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) (Oliveira; Saber, 2022).

A maioria dos problemas ambientais relacionados com a atividade turística vem do descumprimento dos instrumentos legais de uso e ocupação do solo e legislação ambiental, que resultam em construções ou empreendimentos irregulares que muitas vezes se apresentam de forma difusa nas áreas de preservação ambiental. No

município de Tamandaré, a exemplo da APA costa dos corais, APA da Guadalupe e a área de proteção do saltinho são recorrentes as ocupações irregulares na faixa de praia. Essas ocupações irregulares causam degradação ambiental em diferentes ecossistemas, comprometendo o estado de conservação destes ambientes gerando danos em áreas de manguezais, restingas, estuários e até mesmo nos recifes de coral. Essas ocupações ocorrem principalmente com fins residenciais para famílias de baixa renda, nas construções de hotéis e casas para veranistas (ICMBio, 2021).

O município de Tamandaré faz parte da APACC (Área de proteção costa dos corais) criada através do decreto 5976/1997, como medida de mitigação os impactos socioambientais. Está área abrange mais de 400 mil ha de área, conferindo o título de maior Unidade de Conservação costeira-marinha federal do Brasil. A região abriga mais de 40 comunidades pesqueiras artesanais, cujas atividades são essenciais para a segurança alimentar e geração de renda local. Essa área possui ecossistemas costeiros que incluem manguezais, recifes de coral e estuários, todos, caracterizados por uma alta complexidade estrutural e funcional, sustentando uma vasta gama de espécies marinhas e proporcionando benefícios econômicos e sociais para as comunidades humanas que deles dependem (Macedo *et al.,* 2023; Oliveira *et al.,* 2024).

Em 2004 foi concebido pelo Governo Federal o Projeto Orla, por meio do Decreto 5.3001regulamentando a Lei nº 7.661/1988. Tal Lei institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, por meio do qual o município se compromete com a elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), que consiste na execução do Projeto Orla a partir de uma metodologia de planejamento integrado e participativo de políticas públicas nas três esferas de governo. Essa estratégia propõe um conjunto de ações que visam mitigar danos ambientais e promover o desenvolvimento do turismo sustentável nas faixas litorâneas (Brasil, 2024).

Apesar de todo esse ordenamento e arcabouço jurídico, isso não evitou os impactos ambientais causados pela especulação turística no município de Tamandaré através da instalação de empreendimentos que impedem os acessos público à praia, ove o despejo irregular de efluentes em áreas de manguezais e estuários, diminuição da fauna marinha e aparecimento de doenças em pescadores artesanais, principalmente, em mulheres marisqueiras (Oliveira Júnior *et al*., 2024). Frente aos conflitos socioambientais causados pelas ações antrópicas em áreas turísticas afetando comunidades, povos tradicionais, a pesca artesanal e os ecossistemas surge a agroecologia, como um caminho para ressignificar ou apontar novas possibilidades de diálogo entre o espaço turístico e os ambientes naturais (Preiss, 2020).

Através da agroecologia é possível promover atividades turísticas dentro de uma perspectiva que coloque as “pessoas” e os ecossistemas locais antes da dimensão econômica, que em sua grande maioria direciona os grandes conglomerados turísticos ou ações especulativas de ordem imobiliária. Isso pode ocorrer através do turismo de base comunitária que propõe uma gestão participativa que inclui a comunidade local, gestora dos recursos naturais, como protagonista desses processos. Buscando preservar, conservar e gerar desenvolvimento e a qualidade de vida para todos os atores envolvidos no entorno da prática turística (Brasil, 2023).

A agroecologia não trata apenas de uma prática agrícola, mas se destaca pelo diálogo entre os saberes científicos e não científicos conectados à ecologia, ciências

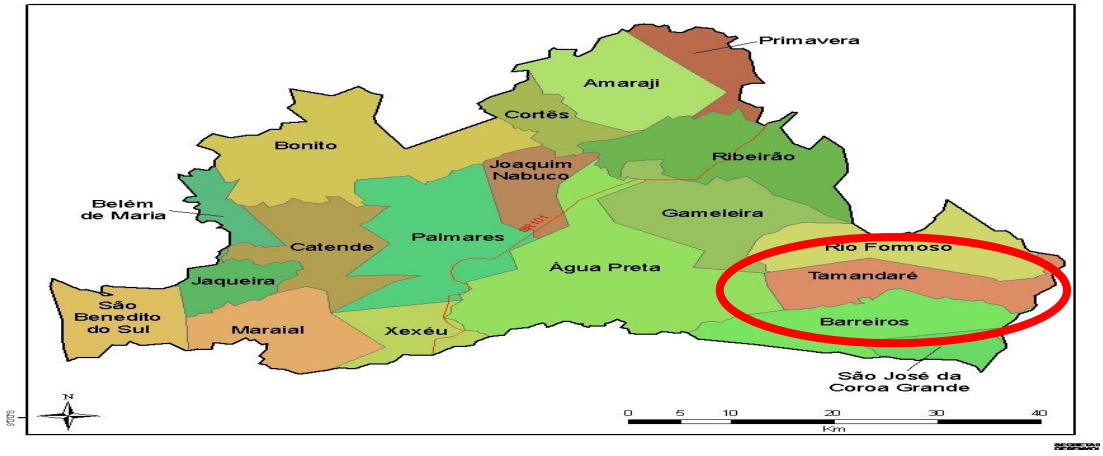
agrárias, florestais, ciências sociais, geografia, história, economia e a educação popular, entre outras áreas de estudo (Caporal, 2009). Através dessa interdisciplinaridade e transdisciplinares a agroecologia e o turismo podem dialogar e coexistir encontrando caminhos que priorizem a convivência com a natureza, com os ecossistemas naturais e com as comunidades locais de forma ordenada (Preiss, 2020).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

Este estudo foi realizado no ano de 2025 no município de Tamandaré, Pernambuco (Figura 1). Este município foi desmembrado do território de Rio Formoso e emancipado em 28 de setembro de 1997, hoje conta com uma área de 213,750 km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem no município 23.561 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,593. Apesar de Tamandaré ser um município recente, possui uma história antiga e o seu nome está associado à geografia local, sendo derivado da baía de Tamandaré. Segundo José de Almeida Maciel, o termo significa "o que se assemelha ao tamanduá". Essa versão está ligada a uma tradição indígena que narra a história de um pajé chamado Tamandaré, escolhido pelo Deus Tupã para repovoar a terra após um grande dilúvio, sobrevivendo em uma arca com sua família. Atualmente, o município apresenta uma economia diversificada, com destaque para o turismo, que no verão com a chegada dos turistas faz a população do município triplicar impulsionado pelas suas famosas praias, como por exemplo, a praia dos Carneiros (IBGE, 2024).

Figura 1 - Mapa Político do território da Mata Sul Pernambucana destacando o munício de Tamandaré, PE



Fonte: SDT/MDA (2024)

3.2 Procedimentos Metodológicos

O trabalho teve como público-alvo uma população de 15 residente nos bairros da *Rua Nova Campina, São José, Hermes Samico, Travessa José Paulo Lins e Rua Felipe dos Santos*, todos esses, próximos a faixa litorânea no município de Tamandaré. O enfoque metodológico para este estudo foi considerando como exploratório, investigativo e participativo, utilizando a aplicação de procedimentos como a revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas em campo e a pesquisa em documentos técnicos disponíveis sobre as instituições responsáveis por regular as atividades turísticas na área de estudo. Considerou-se necessário também, a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas para sistematizar os resultados e relatos dos moradores através da realização de 15 entrevistas *in locu* (Figura 2), (Lakatos; Marconi, 2003)

Figura 2 – Entrevistas com moradores afetados pelo redesenho da paisagem e impactados por construções e empreendimentos imobiliários no município de Tamandaré, PE

Fonte: O próprio autor (2025)

O uso conjugado dessas entrevistas junto com os atributos e parâmetros relacionados com a qualidade de vida dos moradores, modificação da paisagem, participação comunitária, emprego e renda, aspectos culturais, do meio ambiente e sobre o saneamento tiveram como objetivo compreender o impacto dos empreendimentos ligados ao setor turístico sobre a população local, redesenhando a paisagem anteriormente existente e afetando o modo de vida dessas famílias (Tabela 1).

Quadro1- Aspectos observados nas entrevistas com moradores residentes próximos a faixa litorânea afetados por construções e empreendimentos imobiliários turísticos no município de Tamandaré, PE

Atributos	**Parâmetros**
Qualidade de vida dos moradores locais	A construção desses empreendimentos prejudicou a sua qualidade de vida?
	Como era este local antes desses empreendimentos?
	Existe alguma contrapartida por parte da prefeitura ou dos empreendimentos no seu local e residência (praças, academia, ruas asfaltadas, saneamento.)
A “paisagem”	Você observou alteração na paisagem do local (mata, mangue, restinga)?
	Após o início das construções você percebeu mudanças na temperatura ou ventos?
	Você acredita que o acesso a praia ficou prejudicado com as construções? imóveis?

Instituto Federal de Pernambuco. *Campus* Barreiros. Curso de Tecnologia em Agroecologia. 30 de junho de 2025.

Emprego e renda	Você acredita que essas construções favorecem o emprego e a renda na região?
	Quantas pessoas do seu núcleo familiar trabalham nos empreendimentos?
Participação comunitária	Houve discussão com a comunidade antes desses empreendimentos iniciarem?
	Foi explicado para você algo sobre (impactos, modificações, saneamento)?
	A prefeitura discutiu com a comunidade esta modificação na paisagem?
Cultura e meio ambiente	Existem locais históricos onde você reside construções?
	Algumas dessas construções foram feitas em cima de passagem de água?
O Futuro	Como você visualiza este local daqui a cinco anos?
	Acredita que a qualidade de vida pode melhorar?
Saneamento	Como os resíduos sólidos são descartados atualmente (esgoto)?
	Acredita que com esses empreendimentos isso pode melhorar ou piorar?
	Existe coleta seletiva de lixo neste local?
	Você acredita que esses empreendimentos podem comprometer o lenço freático?

Fonte: O próprio autor (2025)

3.3 Sistematização dos dados

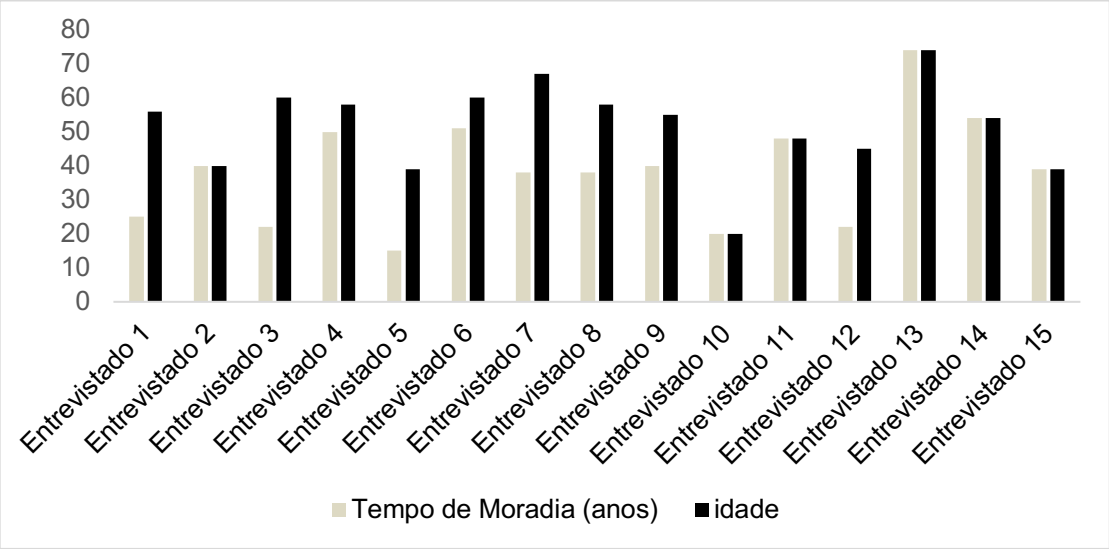
Todas os dados coletados neste estudo foram sistematizados de forma discursiva em função das respostas dos entrevistados, possibilitando a compressão de todos os desafios enfrentados na área deste estudo. Vale ressaltar, que todas as entrevistas ocorreram com anuência dos entrevistados e com uma explicação prévia da proposta deste trabalho e dos seus objetivos. Todas as respostas dos entrevistados foram organizadas em planilha/Microsoft Office Excel® 2010 para uma melhor correlação das informações, tendo em vista que algumas das respostas e questionamentos foram semelhantes para todos os entrevistados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 15 moradores residentes nos bairros de Rua Nova Campina, São José, Hermes Samico, Travessa José Paulo Lins e Rua Felipe dos Santos, todos esses, próximos a faixa litorânea do município de Tamandaré. A idade média dos entrevistados variou entre 20 e 74 anos e o tempo de moradia entre 10 e 70 anos. Isso representa um pertencimento e uma vivência desses moradores em suas localidades que resgata todos os aspectos ambientais da paisagem existentes há décadas (Figura 3).

Com o avanço das construções e dos empreendimentos turísticos ocorreu nesses bairros um novo ordenamento que impactou diretamente na vida dos moradores das mais diferentes formas. O turismo e a recreação nas praias quando ocorre de forma desordenada gera impactos negativos para o ambiente litorâneo e o seu entorno. Afetando não apenas os ecossistemas terrestres e aquáticos, mas também as pessoas. Esses ambientes são atingidos pelo pisoteio, ancoragem de barcos, limpeza de barcos, mergulhos, pescas não autorizadas, destruição de restingas, de manguezais e um novo desenho da orla que impacta sobre aqueles que lá estavam (Silva; Farias Filho, 2019).

Figura 3 – Perfil etário e tempo de residência dos moradores entrevistados residentes na faixa litorânea do município de Tamandaré PE



Fonte: O próprio autor (2025)

Todos os entrevistados apresentam um fato em comum, foram impactados e acompanharam nas últimas décadas um reordenamento urbano caracterizado por inúmeras construções e empreendimentos imobiliários voltados ao turismo ou estabelecimentos voltados a ocupação temporária que descaracterizaram a paisagem local trazendo diferentes impactos no âmbito social, econômico, e principalmente, ambiental.

O desenvolvimento dos municípios localizados em áreas costeiras, obtém sua economia em grande parte explorando os recursos existentes no litoral. Compreende-se que a praia por configurar um lugar de lazer, e que fornece diversos recursos, são as primeiras a sofrerem os impactos diretamente devido ao adensamento demográfico. Isso pode ser intensificado pelo avanço imobiliário da construção de empreendimentos na orla causando um crescimento populacional desordenado que impacta na vida das pessoas (Silva; Farias Filho, 2019). Isso foi exatamente o que ocorreu no local deste estudo através das construções na faixa litorânea do município de Tamandaré, afetando os bancos de areias nos trechos litorâneos, dificultando o acesso dos moradores a praia e causando um redesenho da paisagem afetando as condições de moradia como a temperatura, ventos, esgoto, dentre outros (Figura 4).

Figura 4 – Redesenho da paisagem provocado por construções e empreendimentos imobiliários no município de Tamandaré, PE

Fonte: O próprio autor e google imagens (2025)

É inegável que o desenvolvimento urbano e comercial são eventos necessários do ponto de vista econômico para as cidades litorâneas com atividades que vão desde a recreação turística até um mercado costeiro que envolve todas as atividades desta cadeia produtiva de valor. O Estado de Pernambuco é o terceiro Estado no Nordeste que mais explora o turismo em faixas litorâneas, isso talvez explique o porquê de também ser um dos mais impactados por ações antrópicas advindas dessa exploração. Além disso, vale também salientar que o Estado de Pernambuco tem em sua geografia zonas litorâneas subdivididas em praias, restingas, mangues e vegetação marítima sob um processo de exploração dos seus recursos intenso que deixa essas áreas suscetíveis às irregularidades que geram conflitos por espaço entre os ecossistemas litorâneos e os empreendimentos (Matos *et al*., 2022).

4.1 Percepção dos moradores quanto a *qualidade de vida* em áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Quando os entrevistados foram questionados se a construção dos empreendimentos turísticos prejudicou a qualidade de vida nos últimos anos, todos relataram que as construções dos prédios a beira mar prejudicaram a qualidade de vida na localidade. Sendo relatado que ao longo do processo de construção dos empreendimentos sofreram com a poeira e a poluição sonora causada pelas máquinas que eram utilizadas nas construções. Depois das construções finalizadas foram afetados com a falta de visão do mar e ventilação. Um dos entrevistados, relatou com muita indignação que a sua casa fica entre um prédio e uma pousada, ficando extremamente quente em qualquer hora do dia.

Uma das entrevistadas, fez questão de destacar que a sua casa era ventilada e depois das construções ficou sem ventilação, quente e sem a presença de luz solar deixando a casa mais úmida. Tudo isso afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, inclusive, desvalorizando o bairro e as casas próximas a esses empreendimentos. Em 80% dos entrevistados foi constatado a percepção que a sua qualidade de vida piorou após as construções (Figura 5). Em especial, pelo aumento da temperatura e da poeira, causando dificuldade em respirar. Além disso, um outro problema apontado pelos moradores da Rua São José, localizado próxima a orla, foi que as águas do Maceió, pequenos rios abastecidos pelas águas fluviais que desaguam no mar, em tempo de chuvas, essas águas chegam com muita força nas casas misturadas com esgoto, causando doenças na população.

Figura 5 –Construções e empreendimentos imobiliários contribuindo para um novo desenho urbano do município de Tamandaré, PE

Fonte: O próprio autor e google imagens (2025)

Quando questionados como era o local antes dos empreendimentos serem construídos, todos os entrevistados enfatizaram a vegetação remanescente que existia antes. Essa vegetação citada pelos moradores era formada por árvores frutíferas como coqueiros, mangueiras, cajueiros, fruta-pão, mangabeiras, goiabeiras e outras espécies nativas. Nas áreas de restinga que se estendia por todo o litoral e onde atualmente estão grande parte dos empreendimentos, também existia uma vegetação mencionada pelos moradores que hoje estão na lista de extinção como o Guajiru, Massaranduba, ingá, licuri e cactos conhecidos como Pitaya da praia. Todos acreditam que tudo deve piorar ainda mais considerando que essas construções continuam avançando rumo à direção sul do município sem nenhum tipo de ordenamento por parte da prefeitura.

A atividade turística, quando bem planejada, representa uma das principais fontes de desenvolvimento local, com efeitos positivos sobre a geração de emprego, renda e qualidade de vida. Porém, requer ações para reduzir as pressões destrutivas sobre o ambiente, conservando a qualidade de vida da população local (Rabahy, 2020).

Os empreendimentos em áreas litorâneas devem passar por um licenciamento ambiental aprovado por diferentes entes da união, em especial, o municipal que é aquele que as localidades e as comunidades locais. Sendo responsável por ações que apoiam o licenciamento através do seu plano diretor buscando mitigar os efeitos danosos aos moradores. Isso deve ocorrer de forma participativa, com audiências públicas e aprovação da sociedade. Portanto, os modelos de planejamento turístico devem ter como pilar o turismo sustentável e de base comunitária, valorizando o pressuposto do desenvolvimento harmônico entre o ambiente natural, as pessoas e o território (Mohamadi *et al.* 2022).

4.2 Percepção dos moradores quanto a *modificação da paisagem* em áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Quando questionados se houve alguma alteração importante na paisagem do local onde residem nos últimos anos, todos responderam que a paisagem foi sendo modificada com os passar dos anos, em especial, após os últimos 10 anos pelos empreendimentos que modificaram aspectos como luminosidade, temperatura, acesso as praias, presença da luz solar, dentre outros.

Em um dos relatos, mencionou-se que, anteriormente, não havia calçamento, e existia mais acesso à praia, os ventos circulavam melhor e existiam árvores que foram derrubadas responsáveis por regular a temperatura do local. Foi citado por todos que a paisagem era bem arborizada com bastante frutíferas e que tudo foi destruído, inclusive parte da mata atlântica, manguezais e restingas, havendo atualmente construções nesses ambientes. Esse redesenho da paisagem, em virtude dos empreendimentos, deveria ocorrer dentro de uma estratégia de desenvolvimento local que considere o bem-estar da comunidade. No caso do Município de Tamandaré, o turismo deveria respeitar as unidades de conservação e áreas de proteção, todas devidamente regulamentada por amplo arcabouço jurídico que não é respeitado. Portanto, apenas uma atividade turística baseada nos preceitos do desenvolvimento local poderia equalizar os empreendimentos hoteleiros com a comunidade (Duxbury *et al.,* 2021).

Ainda é preciso ressaltar no tocante a modificação da paisagem pelos empreendimentos na faixa litorânea do Município de Tamandaré que essa descaracterização afeta a proteção da orla contra as marés altas, ressacas e outros fenômenos potencializados pela crise climática (Figura 6). Não havendo explicação lógica para tamanha degradação ou ocupação desordenada nesses espaços, uma vez que esses eventos afastam os visitantes e muitas vezes interrompem os serviços de turismo causando danos aos empreendimentos. Isso já pode ser observado com frequência na orla de Tamandaré e na praia dos carneiros, com várias estruturas sendo afetada pelo avanço das marés e oxidação de estruturas.

Figura 6 – Redesenho da paisagem modificando a faixa litorânea da orla no município de Tamandaré, PE

Fonte: O próprio autor e google imagens (2025)

Um outro fator relevante, que já acontece em outros locais do município de Tamandaré relatado por todos os entrevistados é o acesso as praias. Um problema recorrente há décadas, que ainda persiste e persistirá tendo em vista a falta de atitude e fiscalização pelo poder público. De acordo com uma moradora entrevistada o acesso à praia foi prejudicado relatando que na área dos carneiros os empreendimentos fecharam os acessos com porteiras privatizando a área construída, e com essa privatização, passaram a cobrar valores absurdo para as pessoas que desejam chegar à beira mar. Afeta também diretamente a população nativa que pesca marisco. Essa população local é obrigada a pagar para ter acesso.

Um aspecto relevante dessas áreas ocupadas é a distinção entre as áreas abertas à visitação e aquelas de acesso restrito, o que deve estar claramente expresso no plano diretor municipal e, quando aplicável, no plano de manejo. Diferentes artigos apontam que esses conflitos prejudicam a população local que tiram o seu sustento dessas áreas como por exemplo pescadores e marisqueiras (Nunes *et al.,* 2022).

4.3 Percepção dos moradores quanto ao *emprego e renda* nas áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Quando questionados se as construções a beira mar podem favorecer o emprego e a renda na região, todos os entrevistados afirmaram que os empregos gerados na localidade foram ocupados por profissionais de outras localidades em sua grande maioria. Normalmente, com o avanço da especulação imobiliária, inúmeros flats foram construídos na área deste estudo para locação ou voltados ao turismo, exigindo uma infraestrutura mínima que muitas vezes não permitem que as comunidades locais se beneficiem deste cenário.

Nessas áreas, 40% dos entrevistados mencionaram que não houve melhoria de vida ou oportunidades de geração de renda. Também foi revelado por esses entrevistados que em nenhum momento foi realizado um estudo considerando as populações que residem no local há muitos anos ou mesmo um plano por parte da prefeitura de capacitação ou uma linha de crédito que beneficiasse a população próxima para empreender.

Por outro lado, 30% dos entrevistados acreditam que as construções podem gerar emprego, não deixando claro que tipo de emprego ou oportunidades. Eles acreditam que os empreendimentos podem ou já trazem melhoria de renda para o município, independente do custo ambiental e do redesenho da paisagem.

Os empregos que serão gerados pelos empreendimentos precisam de mão de obra qualificada, isso ainda é um desafio no município de Tamandaré. A maioria desses prédios foram construídos para venda e aluguéis, os únicos empregos oferecidos são de porteiro, piscineiro, faxineiro ou jardineiros. Essa é a realidade mencionada por uma das entrevistadas.

Em 2022, as viagens e turismo contribuíram com 7,6% para o PIB global e com a geração de 2,2 milhões de novos empregos. Isto revela que o turismo é uma potência econômica. Entretanto, o setor necessita de qualificação por parte dos polos turísticos para que essa geração de empregos beneficie as populações locais e não apenas uma parcela específica (UNFCCC, 2023).

4.4 Percepção dos moradores quanto a *participação comunitária* nas áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Quando questionados se houve algum tipo de discussão com a comunidade ou associação de moradores antes dos empreendimentos iniciarem as construções, todos responderam que não. As construções foram começando, avançando e modificando a área. Sendo reiterado por 90% dos moradores que ninguém da prefeitura ou responsáveis pelos empreendimentos procuram estabelecer um diálogo com a comunidade, inclusive, para pensarem juntos em alternativas sobre alguns problemas que hoje atormentam a todos como por exemplo os transtornos causados pelas águas dos Maceiós que tiram o sossego dos moradores no inverno. Os Maceiós, são pequenos rios abastecidos pelas águas fluviais que desaguam no mar.

Os entrevistados afirmaram que devido a um serviço mal executado na passagem de água, qualquer chuva no inverno é motivo de preocupação. Uma única pessoa que colaborou nesse cenário que se preocupou com os transtornos causados pelas águas, foi a bióloga e historiadora Maria do Carmo Ferrão, revelou uma das entrevistadas. Essa moradora, relata que havia uma passagem de água que foi retirada às tubulações e trocaram por uma menor, prejudicado ainda mais a passagem da água no inverno, causando alagamentos.

Nenhum dos moradores foram consultados através de espaços de discussão como uma audiência pública ou reuniões comunitárias quanto a possibilidade de impactos que o novo ordenamento turístico poderia causar na vida dos moradores. A prefeitura ou as secretarias deveriam discutir com a comunidade esta modificação na paisagem, isso nunca foi realizado (Figura 7).

Figura 7– Efeito da urbanização sem planejamento sobre o sistema de drenagem fluvial e pluvial resultando em alagamentos no município de Tamandaré, PE

Fonte: O próprio autor e google imagens (2025)

4.5 Percepção dos moradores quanto a *alteração da cultura e do meio ambiente* nas áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Os moradores quando questionados se houve algum impacto sobre locais históricos ou antigos localizados na localidade pela construção dos empreendimentos, cerca de 30% dos moradores lembraram que existia um terreno localizado na orla onde fica um casarão bem antigo, esse foi vendido para um empreendimento imobiliário, havendo rumores que vão preservar. Além disso, revelaram que existiam pequenas “vendas/mercearias” muito antigas que foram desalojadas como por exemplo uma bem antiga com 65 anos de história. Essa, especificamente, faz parte da história de Tamandaré.

Um dos entrevistados relatou que a primeira barraca da orla, que era conhecida como a barraca de “seu Zele” foi demolida, descaracterizando culturalmente a localidade. Essas pequenas vendas de bares existentes há décadas deveriam ser inseridas em uma proposta de revitalização que promovesse a inclusão desses locais como um patrimônio agregando culturalmente aos novos empreendimentos, uma vez que mantém a história local e uma resiliência de décadas.

Três entrevistadas comentaram sobre um Casarão Bem antigo que foi vendido para um novo empreendimento imobiliário, falam que entraram no consenso, uma parte do Casarão deve ser preservada. Ainda foi citado a barraca do “Costa” que vão demolir. Os entrevistados comentaram que esses espaços poderiam funcionar como um Museu Histórico ou ponto turístico de visitação, mas que para isso precisaria ser tombado com o aval da prefeitura.

Também foi relatado que existe nessa área de oral uma igrejinha chamada de São José de Botas. Essa igreja bastante conhecida foi edificada pelo padre José Rufino Gomes através da Lei Provincial n° 842/ 1868 criando a freguesia de Tamandaré. Essa igreja serviu como primeira vila e em 17 de maio de 1905 Tamandaré alcançou a categoria de distrito do município de Rio Formoso (Bellato *et al.,* 2023).

Vale ressaltar que o local onde esta igreja, segundo relato dos entrevistados, foi prejudicada com a construção da Vila Caboclos, uma nova orla no município com a construção de quiosques, deixando a igreja quase invisível. Vale ressaltar que a inciativa da orla ocorreu por inciativa da Prefeitura Municipal, e possivelmente, com o

aval da Câmara Legislativa Municipal. Possivelmente, esta iniciativa ocorreu de forma legitima e democrática. Embora, a Câmara Municipal também poderia se debruçar sobre tantas questões apontadas pelos entrevistados que impactam diretamente em suas vidas, muitas delas, ou em sua maioria, poderiam ser mitigadas com projetos de Lei municipais regulamentando ou reordenando a especulação imobiliária no município, em especial, nas faixas litorâneas.

4.6 Percepção dos moradores quanto ao *saneamento* impactado pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Foi investigado neste estudo o efeito da modificação da paisagem pelos empreendimentos imobiliários quanto ao descarte dos resíduos sólidos provenientes dessas construções. Nesse sentido, todos relataram que o esgoto já era precário e piorou com os empreendimentos. Muitas vezes o mar ou manguezais são os locais de descarte desse esgoto proveniente dos mais diversos locais que desaguam em rios, a exemplo do rio Ariquindá que deságua no mar da praia dos carneiros.

Todos os moradores da localidade também destacaram que os descartes dos esgotos e do saneamento não funcionam direito, bastando chover que retorna para dentro das casas. Afirmando que quando juntar a rede de esgoto com os novos empreendimentos, será um caos. Vale ressaltar, que este cenário impactante e destruidor existe também em outros locais do município de Tamandaré, que contornam todo o litoral e as áreas de proteção. Inclusive, de forma reiterada, a CPRH autua recorrentemente vários condomínios e a rede hoteleira por descarte de esgoto no mar.

Nesse tema tão relevante e fundamental para a saúde pública, em especial, em um município com alta taxa de ocupação turística, todos os entrevistados entendem que a situação vai piorar ainda mais nas próximas décadas. Em parte, pela inércia do poder público que não regulamenta ou promove melhorias. O saneamento é um dos aspectos mais relevantes em áreas litorâneas com alta ocupação de empreendimentos turísticos, ocorrendo esse problema de saúde pública e impacto ambiental em praticamente todo o litoral brasileiro sendo motivo de infrações e multas recorrentes pelos órgãos de controle (Brito, 2022).

Quatro entrevistados enfatizaram que a cidade possui um sistema de esgoto, mas não funciona direito, com muitos moradores ainda possuindo fossa em casa sem ligação com o sistema de esgoto. Por isso, os resíduos sólidos dessas construções serão um desastre para a cidade, principalmente, considerando que estas construções se multiplicam a cada ano.

Todo esse contexto no tocante ao ambiente reflete em alagamentos constantes causado por águas pluviais foi relatado pela bióloga e historiadora Maria do Carmo Ferrão, mencionando que foi construído um Campo de Aviação no centro de Tamandaré, que funcionou de 1943 a 1979. Para evitar alagamento nessa localidade, o topógrafo da época construiu um sistema de drenagem com canais a céu aberto. Até a década de 1980, os canais tinham manutenção adequada evitando o assoreamento, acúmulo de lixo, despejo de esgotos domésticos e desvio de percurso. Anos depois, com a urbanização e construções desordenadas, o sistema de drenagem pluvial tornou-se inadequado devido ao impacto das ações antrópicas como o desmatamento da vegetação nativa e restinga.

Além disso, houve o acúmulo de esgoto doméstico e do lixo que passaram a poluir o mar. Mesmo com a implantação do saneamento básico foram feitas construções em cima do saneamento com manilhas de concreto. Com isso, várias ruas foram calçadas e asfaltadas sem estudo de nível para o escoamento da água. Diante dos problemas mencionados, providências urgentes deveriam ser adotadas pelo poder público municipal.

Todos os moradores entrevistados responderam que não existe coleta seletiva de lixo em Tamandaré, afirmando que o único carro de lixo que passa nas ruas é o de lixo normal, misturado. De acordo com a moradora na cidade, existem catadores de recicláveis, e uma fábrica de beneficiamento de lixo reciclável, mas essa não faz parte da prefeitura.

4.7 Percepção dos moradores quanto *ao futuro nas* áreas impactadas pelas atividades turísticas no município de Tamandaré, PE

Todos os entrevistados mostraram-se preocupados com o local onde residem diante dos empreendimentos atuais e com os que serão construídos. Em 30% dos entrevistados, observou-se a intenção de não permanecerem onde residem atualmente, os demais entrevistados destacaram com tristeza e indignação que existem outros empreendimentos para serem construídos na área, lembrando que os atuais já modificaram bastante a paisagem. Inclusive, afirmando que o município vai virar “Porto de Galinhas”, devido ao estrangulamento dos serviços locais como saúde, esgoto, abastecimento de água, que hoje é um problema no munícipio de Tamandaré, dentre outros aspectos.

Todos os entrevistados destacaram também que hoje os empreendimentos estão novos, mas que com o passar do tempo deve haver uma precarização dessas construções e do próprio entorno. Enfatizando que foram residir no local atual há décadas para ter sossego e qualidade de vida, hoje isso não existe mais na opinião deles. Ressaltaram ainda, que todos esperam que as coisas melhorem, mas acreditam que isso não vai acontecer.

Entendem que daqui há cinco anos estará bem pior, principalmente, considerando o custo ambiental que não tem volta. Mencionaram que nos finais de semana e feriados a cidade fica insuportável, os serviços públicos param de funcionar e não conseguem enxergar um horizonte diferente ou sustentável para as próximas décadas. Quando chega nos meses de dezembro e janeiro, a população triplica e a cidade ficar um verdadeiro caos, os problemas aumentam bastante e com devido a essas construções que vai aumentar ainda mais a população chegando o município a um colapso.

4.8 Reflexões deste estudo sobre as questões apontadas pelos entrevistados sobre as atividades turísticas e os seus impactos no município de Tamandaré, PE

O relato de todos os moradores entrevistados foram fundamentais para entendermos o cenário desafiador, e ao mesmo tempo, preocupante, para o município de Tamandaré nos próximos anos. Tendo como premissa os impactos ambientais que assolam atualmente o município, o ambiente litorâneo, os seus ecossistemas, as comunidades tradicionais e a própria população urbana. Todos, sendo impactados e

transformados direta ou indiretamente pelo redesenho da paisagem causado pelas construções e empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria, ligados ao setor turístico coorporativo ou de temporada.

Nestes setores, embora seja bastante recente a abordagem agroecológica, ecológica, comunitária ou sustentável, elas nunca foram tão necessárias frente a incapacidade de todos os atores/gestores em apresentar soluções efetivas para os impactos no meio ambiente que existem há décadas. Mesmo frente a um robusto arcabouço jurídico de proteção ambiental existente no território da mata Sul de Pernambuco como por exemplo a Lei Nº 14.249/2010 que dispõe sobre licenciamento ambiental, o Decreto estadual do Governo de Pernambuco N^0 23/1997/CPRH que estabeleceu a criação da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (APACC), o Decreto Federal nº 6.040/2007 que reconhece as comunidades pesqueiras como essenciais ao meio ambiente, a Lei Federal de gestão costeira Nº 7.661/988 que estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o Projeto Orla Decreto 5.3001/1988 e a Lei Federal N° 9.985/2000 que regulamente as unidades de conservação, dentre outras. Vale ressaltar que todo esse ordenamento, dialoga com a Política Nacional do Meio Ambiente através da Lei Federal nº 6.938/81 (ICMBio, 2021).

Portanto, apenas um ordenamento jurídico robusto não faz sentido sem ressignificar as relações homem-natureza na perspectiva de um turismo sustentável e comunitário, em contraponto ao turismo hegemônico e predatório que hoje prevalece no município de Tamandaré e no Território. Assim, é fundamental decidirmos, e rápido, qual tipo de turismo queremos para a Mata Sul de Pernambuco, o predatório ou o ecológico.

Isso envolve um diálogo, monitoramento e reordenamento permanente que considere todos os ecossistemas naturais e todos aqueles que nesses ambientes coexistem. Caso isso não ocorra, em muito breve, a atividade turística não existirá mais no município de Tamandaré e na região, em particular, pela ausência de elementos cênicos que estão presentes na natureza, e que justamente, possibilitaram o início do turismo na Mata Sul de Pernambuco há décadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas os relatos dos moradores evidenciam um cenário preocupante no que tange aos impactos causados pelas construções dos empreendimentos ligados ao turismo, em sua grande maioria, sobre a qualidade de vida dos moradores do município.

Parte desses dos problemas poderiam ser evitados há décadas através de um ordenamento e um projeto de urbanização que deveria ter sido pensado considerando o potencial turístico da região que ocorreu sem um critério técnico, planos de manejo e regulação jurídica eficaz e continua.

Com base nas premissas da agroecologia e as diferentes formas de turismo que resgatam um novo olhar para a exploração dessa atividade, ainda é possível redesenhar o turismo na região de uma forma que resgate ou pelo menos minimize os efeitos sobre os ecossistemas locais. Entretanto, isso ocorrerá apenas caso venha existir uma articulação entre o poder público municipal, conselhos ambientais e intuições de pesquisa e fiscalização existentes no município. Caso isso não ocorra,

como uma das entrevistadas mencionou, o município, assim como outros com os mesmos problemas na Mata Sul, poderá desencadear um processo de degradação ambiental de difícil recuperação.

6 AGRADECIMENTOS

O presente estudo não seria possível sem a cooperação e a sinceridade da população entrevistada nos diferentes bairros do município de Tamandaré, demonstrando a sua angústia e inquietação com os problemas que afetam a sua qualidade vida. Agradeço também ao meu orientador e a todos os professores do curso de Tecnologia em Agroecologia do IFPE, que no decorrer do curso ampliaram o meu olhar ajudando profundamente nas reflexões deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BELLATO, L.; FRANTZESKAKI, N.; LEE, E.; CHEER, J. M.; PETERS, A. Transformative epistemologies for regenerative tourism: towards a decolonial paradigm in science and practice. **Journal Of Sustainable Tourism**. 2023.

Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo e Orlas: subsídios para a Gestão Integrada de Destinos Turísticos**. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: MTur. 2024.

Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo Responsável no Brasil**. 1 ed. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: MTur. 2023.

BRITO, R. P. The multilevel path to climate change adaptation. ***RAE Revista de Administração de Empresas***, v., n.6, 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto. A extensão rural no Rio Grande do Sul: do modelo “Mande in USA” ao paradigma agroecológico. In: CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento. Brasília: n/d, 2009. p. 85-101.

MORAES, E. A. *et al.* Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Turismo - Visão E Ação**, v. 26, p. e 19133, 2024.

DUXBURY, N.; BAKAS, F.E.; VINAGRE de Castro, T.; SILVA, C. ”Creative Tourism Development Models towards Sustainable and Regenerative Tourism”. Sustainability 2021. p. 212.

GAMARRA, et al. The contribution of fishing to human well-being in Brazilian coastal communities. Marine Policy. 2023.

GRIMM, I. J. Impactos das mudanças climáticas no sistema turístico: o caso brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**. 2019.

GUTIÉRREZ, L. A. L. *et al.* Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2022, IBGE cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Tamandaré-PE. 2021.

SANTOS JÚNIUOR, J. F. et al. Coastal erosion in the municipality of Barra de Santo Antônio, north coast of Alagoas. **Arquivos Ciências do Mar (LABOMAR).** Fortaleza, n. 53, p. 34-42, 2020. Acesso em: 20/04/2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO et al. Influence of the river flow pulse on the maturity, resilience, and sustainability of tropical coastal ecosystems. **Marine Environmental Research**. 2023.

MARTELLOTTA, A.; Lobo, H. As Mudanças Climáticas Globais deveriam incomodar os Resorts Litorâneos do Nordeste brasileiro? **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v.12, n. 1, p. 2316–1493. 2023.

MATOS, F. O. et al. Economy, law and sustainability: routes for coastal managemant in brazilian northeast. **Arquivo Ciências do Mar**, Fortaleza, v. 55, p. 260-291, 2022.

MATOS, M. F. A. AMARO, V. E. SCUDELARI, A. C. ROSADO, S. B. Estimativas das alterações de longo prazo na linha de praia do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.23, n. 1, 2022.

MEDEIROS, L. S.; PEREIRA, M. C. B. A sociedade de risco no contexto agrário: expansão do agronegócio e resistências agroecológicas em Pernambuco. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability (UFRPE**), Garanhuns, v. 1, n. 1, 2019.

MOHAMADI, S. M.; ABBASI, A. KORDSHOULI, H. A. R. ASKARIFAR. K. Conceptualizing sustainable–responsible tourism indicators: an interpretive structural modeling approach. **Environment, Development and Sustainability** v.24, n.1, p.399–425, 2022.

NUNES, V. F. C. et al. Do marine protected areas protect shallow coral reef systems? A resilience-based management approach in Tropical Southwestern **Atlantic reefs. Journal of Coastal Conservation**, v. 26, n. 6, p. 79, 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. G. C. et al. Local attitudes towards conservation governance in a large tropical multiple-use Marine Protected Area in Brazil. **Ocean & Coastal Management**, v. 248, p.106-974, 2024.

OLIVEIRA, M; SABER, B. A. As praias na legislação brasileira. In: Bombana, B., Turra, A.; Polette, M. (Org.). **Gestão de praias**: do conceito à prática [recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 234 p. 2022.

PEREIRA, F. C.; OLIVEIRA, M. R. L. Plano nacional de gerenciamento costeiro: 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil. Brasília: MMA, 2015. 181p.

PREISS, P. V. As dimensões do conhecimento agroecológico: a experiência dos agricultores familiares assentados em Viamão, RS. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 104-134, 2020.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.14, p.1-13, 2020.

SANTOS et al. O construto de sustentabilidade ambiental – hipóteses e desafios. In: Catapan, E. A. (org.). Estudos contemporâneos acerca do meio ambiente e ecologia. São José dos Pinhais: Editora Brazilian Journals, 2021. E-book. Cap.1: p. 8-20.

SILVA, J. S.; FARIAS FILHO, M. S. F. expansão urbana e impactos ambientais na zona costeira norte do município de São Luís (MA). **O espaço geográfico em análise**. Curitiba/PR, v. 46, n. 1, p. 07-24, 2019.

SILVA, Janaine Conceição da. Territórios na pesca artesanal marinha: ambientes, recursos e resiliência socioecológica. 2024. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, L. M. T.; LANZARINI, R.; NASCIMENTO, F. G. O projeto “Brasil, essa é nossa praia” e a perspectiva do turismo responsável. Anais: **Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**. 2022.

UNFCCC. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. **Planos nacionais de adaptação:** diretrizes técnicas para o processo do plano nacional de adaptação. 2023.

APÊNDICE

ENTREVISTA - Data ___/___/___
Moradores de bairros impactados pela especulação imobiliária

Nome:
Idade:
Local de residência:
Tempo na residência no local?

Atributos	Parâmetros	Observações Anotar informações adicionais, curiosidades, complementos...perguntar sempre o PORQUÊ da resposta?
Qualidade de vida dos moradores locais	A construção desses empreendimentos prejudicou a sua qualidade de vida nos últimos anos? Como?	
	Como era este local antes desses empreendimentos?	
	Existe alguma contrapartida por parte da prefeitura ou dos empreendimentos no seu local e residência (praças, academia, ruas asfaltadas, saneamento.)	
A “paisagem”	Você observou alguma alteração importante na paisagem do local (mata, mangue, restinga)?	
	Após o início dessas construções você percebeu mudanças na temperatura ou ventos?	
	Você acredita que o acesso a praia ficou prejudicado com a construção desses imóveis?	
Emprego e renda	Você acredita que essas construções podem favorecer o emprego e a renda na região?	
	Caso sim, você acha que o custo ambiental para isso não seria elevado?	
	Quantas pessoas do seu núcleo familiar trabalham nos empreendimentos após a conclusão das construções?	
Participação comunitária	Houve discussão com a comunidade ou associação de moradores antes desses empreendimentos iniciarem?	
	Foi explicado para você (demais moradores) algo no sentido ambiental (impactos, modificações, saneamento)?	
	A prefeitura ou as secretarias estiverem neste local discutindo com a comunidade esta modificação na paisagem? Caso sim, o que foi explicado?	
Cultura e meio ambiente	Existem locais históricos (ou mais antigos) onde você reside que foram impactados pelas construções?	
	Algumas dessas construções foram feitas em cima de passagem de água para o mar, e não tiveram o cuidado em mudar esse curso de água para outro lugar, o que você acha que vai acontecer nessas localidades quando chegar o inverno?	
O Futuro	Como você visualiza este local daqui a cinco anos?	
	Acredita que a qualidade de vida pode melhorar?	
Saneamento	Como os resíduos sólidos são descartados atualmente (esgoto)?	
	Acredita que com esses empreendimentos isso pode melhorar ou piorar?	
	Existe coleta seletiva de lixo neste local?	
	Você possui poço em casa? Acredita que esses empreendimentos podem comprometer o lençol freático?	

Instituto Federal de Pernambuco. *Campus* Barreiros. Curso de Tecnologia em Agroecologia. 30 de junho de 2025.